

## Conclusão da Unesco sobre a Educação Brasileira: nem de qualidade e nem para todos

Escrito por Magno de Aguiar Maranhao  
Qua, 15 de Dezembro de 2004 21:00

---

Levará tempo para o Brasil despontar nos primeiros lugares dos rankings internacionais de educação e desenvolvimento humano. A situação em que nos achamos é fruto de sua história de colônia (sem um plano de crescimento como nação) e de práticas governamentais equivocadas durante o último século, quando a população, ao invés de ser preparada para impulsionar o desenvolvimento econômico, foi deixada à parte do processo, o que deu origem às desigualdades sociais. Quaisquer ações implementadas, hoje, para reverter o quadro demorarão a surtir efeito. Mas, tais ações estão sendo implementadas? Há consciência, na esfera do governo, de que somente uma população educada, que prescindida do assistencialismo que sempre foi uma praga nacional, levará o país à estabilidade? Duas pesquisas recentes da Unesco nos dão motivos para duvidar.

“Políticas públicas de / para / com juventudes” aborda experiências com a juventude latino-americana e faz recomendações nas áreas de educação, saúde, cidadania, esporte, cultura, lazer e proteção social. Foram entrevistados 10.010 brasileiros de 15 a 29 anos. Já o “Relatório mundial de monitoramento sobre educação para todos” checa o progresso dos 160 países presentes à Conferência de Dakar (2000) rumo às seis metas fixadas no evento: universalização do ensino primário; atendimento à primeira infância; garantia, até 2015, de ensino de qualidade para minorias étnicas; expansão da educação de jovens e adultos; melhoria de 50% no nível de alfabetização de adultos; maior qualidade da educação.

Para um país que passou a última década comemorando avanços educacionais, surpreende o 72º lugar no relatório, entre 127 países. Considerando os itens avaliados para o cálculo final, ficamos no 32º lugar em educação primária universal, 67º em alfabetização de adultos e 66º em paridade de gênero. No quesito “permanência na escola até a 5ª série”, ficamos em 87º lugar, o que põe em xeque nossa colocação no quesito “universalização”, já que as crianças deixam os estudos bem antes de concluí-los. O pior é não se terem tomado providências contra isso, à exceção de programas assistenciais para “incentivar” os pais, em troca de alguns reais, a respeitarem o direito à educação que a lei garante a seus filhos.

A esta altura, o Brasil já poderia ter estancado a debandada com medidas mais eficazes, como turnos integrais, que permitiriam às escolas suprir as carências dos alunos, estimulando, assim, a permanência (estuda-se, no Brasil, 4h15m por dia). Isso também facilitaria a tarefa dos professores, que teriam tempo de trabalhar alunos em dificuldades (propensos à evasão) e realizar atividades calcadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais – documento primoroso, baseado em conceitos como interdisciplinaridade e transversalidade, e que não logra pular do papel para a realidade devido à precariedade da rede pública.

Os efeitos dos dramas da educação fundamental aparecem em outras pesquisas. Ao lançar, em abril, estudo propondo um Índice de Desenvolvimento Juvenil, com base no Pnad/IBGE, Saeb e estatísticas do Ministério da Saúde, a Unesco alertou que 4,2% dos nossos jovens entre 15 e 24 anos são analfabetos; 29,2% estão no ensino médio ou superior; 20,23% nem trabalham nem estudam; 31,2% só trabalham; 18,2% trabalham e estudam e 30,3% só estudam. Os que têm escolaridade baixa são os mais vulneráveis à violência (80% dos homicídios com armas de fogo no Brasil têm como vítimas rapazes desta faixa). A pesquisa “Políticas de / com / para juventudes” confirma que os gargalos educacionais não foram abertos: 62% dos jovens não estudam (18% entre 15 e 17 anos) e estão todos longe da Era da

## **Conclusão da Unesco sobre a Educação Brasileira: nem de qualidade e nem para todos**

Escrito por Magno de Aguiar Maranhao  
Qua, 15 de Dezembro de 2004 21:00

---

Informação: 35% não usam computador (41% nas classes A e B o usam diariamente, contra 9% nas classes D e E). Os dados sobre o acesso à cultura são de lamentar: 87% nunca ou quase nunca entraram em museus e teatros e 60% nem vão a cinemas. E, quanto menos escolarizados, menos críticos: a Justiça é a instituição mais confiável para eles, mas o índice de confiabilidade é de 58% nas classes D e E, 44% na classe C e 3% nas classes A e B.

Ou seja: o gap observado na escolarização e acesso a informações entre jovens de classes distintas mantém aberto um fosso que dificulta o diálogo, cria seres com valores que se chocam e impedem um movimento coletivo para a melhoria das nossas instituições.

Seria leviano responsabilizar um ou dois governos por um quadro, como disse antes, desenhado durante séculos. Mas não podemos continuar lamentando a história. Partindo dos diagnósticos disponíveis, cabe-nos fazer a história mudar de rumo. Culpados seremos se nos recusarmos a admitir que a educação é o instrumento que permitirá essa manobra.